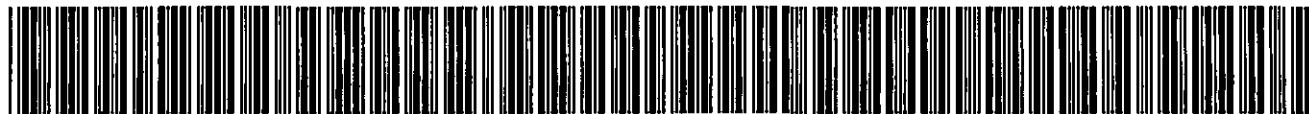


Date Printed: 04/22/2009

JTS Box Number: IFES_67
Tab Number: 94
Document Title: eleicoes mocambique No. 5
Document Date: Sep-95
Document Country: Mozambique
Document Language: French
IFES ID: CE01191



* 7 2 D 4 1 E F 7 - 8 2 A C - 4 A 2 9 - B B 6 7 - 6 6 5 0 B 6 F F 7 4 F 3 *



eleições

MOÇAMBIQUE

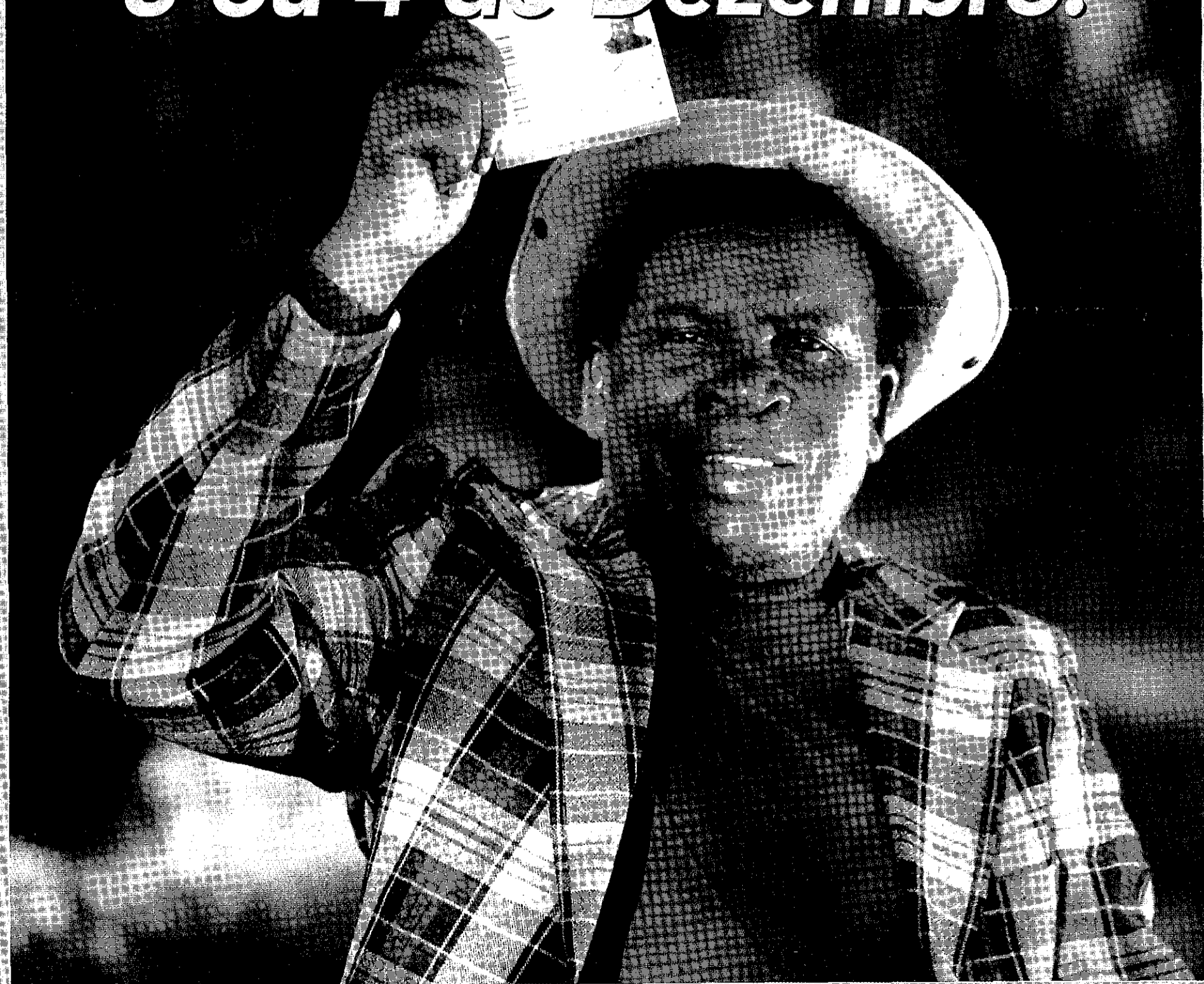
F. CLIFTON WHITE RESOURCE CENTER
INTERNATIONAL FOUNDATION FOR ELECTION SYSTEMS



Órgão da Comissão Nacional de Eleições • Nº5 • Setembro de 1999 • Distribuição Gratuita

Já tenho cartão!

Posso votar no dia 3 ou 4 de Dezembro.



■ Editorial pág.2 ■ "Incerrados no recenseamento" pág.2 ■ O que é a CNE pág.3 ■ O que é o STAE? pág.3 ■ Trabalho, Organização e Competência pág.4 ■ A educação cívica e a sociedade civil pág.5 ■ O recenseamento das personalidades pág.6 ■ Opinião pág.8 ■ Atingir todos os cantos do país pág.9 ■ Vamos todos recensear pág.10 ■ Os vários passos do recenseamento pág.10 ■ Recenseamento já em curso pág.11 ■ A Festa do Recenseamento pág.12

Editorial

O processo eleitoral de Moçambique, que culminará, ainda este ano, com a eleição do Presidente da República e dos novos deputados da Assembleia da República entrou na sua fase decisiva.

Campanhas de educação cívica a nível nacional e várias actividades de sensibilização para a participação massiva de todos os moçambicanos com 18 anos até 17 de Setembro, no recenseamento eleitoral de raiz, antecederam o recenseamento propriamente dito.

Quelimane, capital da província mais povoada de Moçambique, foi a cidade escolhida pelo Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Reverendo Jamisse Taimo, para o lançamento da campanha nacional de educação cívica.

Na ocasião, Jamisse Taimo falou da importância do engajamento de todos, sem excepção, na educação cívica de todos e de cada um de nós, para que o recenseamento seja o prelúdio da festa que todos queremos que sejam as segundas eleições multipartidárias da História de Moçambique.

Promissora e eficiente é como se pode classificar a campanha de educação cívica que, no dia 14 de Agosto teve um dia de reflexão e de movimentação a nível nacional.

O dia 20 de Julho marcou, entretanto, o início do processo de recenseamento eleitoral, que tudo indica terá uma grande adesão, a avaliar pela participação que se registou nos primeiros dias.

Os discursos dos políticos, dos dirigentes dos órgãos eleitorais e de personalidades da vida económica, social e religiosa deixam prever que todos querem que este censo seja o mais abrangente possível, para atingir um universo eleitoral de cerca de oito milhões de cidadãos com 18 anos completos ou a completar até 17 de Setembro.

O Presidente, em exercício, da República, Joaquim Chissano, fez um apelo especial para a participação de todos os moçambicanos no recenseamento, porque só com o novo cartão é que cada cidadão poderá exercer o seu direito de votar e de ser votado.

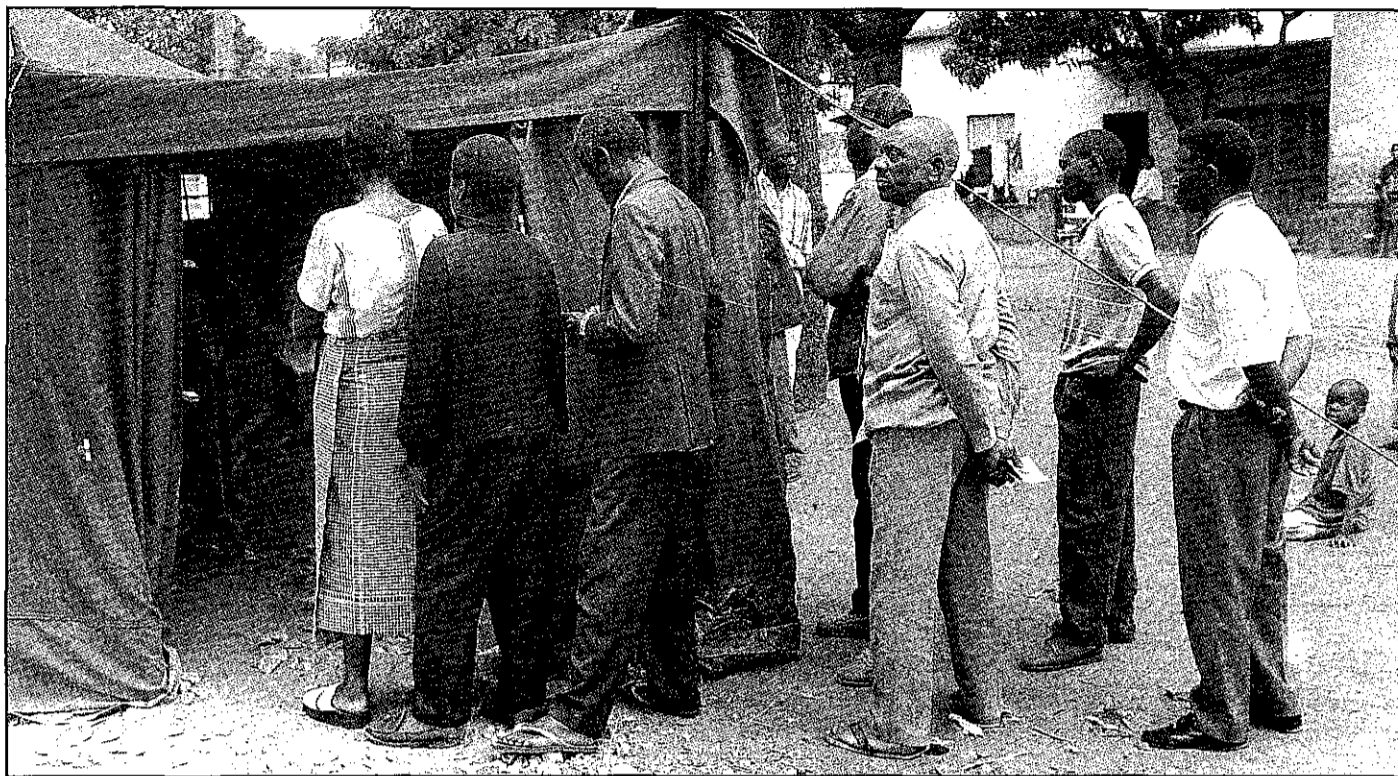
No mesmo tom e com a mesma mensagem, falou também o líder do maior partido da oposição, RENAMO, Afonso Dhlakama.

A mensagem do Presidente da CNE, antecedida de exortação à participação activa de todos, também deixou entender que é imperioso que o recenseamento de raiz seja um sucesso para que as eleições multipartidárias sejam legítimas e justas.

Quando o recenseamento está a meio caminho parece ser mensagem de todos os quadrantes político-económico-social, religioso e sociedade civil, de que o engajamento de todos é importante para o sucesso do processo. A palavra de ordem é: Que todos nos recenseemos para podermos votar. Vamos, pois, todos aos postos de recenseamento para obtermos um novo cartão, para com ele podermos escolher o próximo Presidente da República e deputados da Assembleia da República. •

"Incerrados no recenseamento"

Tomás Vieira Mário



Os postos de recenseamento, não obstante condições adversas, funcionam em todo o território nacional.

É bem legível, apesar de trémula, a caligrafia de 3ª classe de Salimo. Mesmo porque escreveu a vermelho, tudo devidamente sublinhado.

A "banca" dele, naquele extremo em que o mercado já pinga para fora, e apenas uma mesinha improvisada. As suas peças são tábuas de madeira que o carpinteiro desenhou. Uma de muitas, bem iguais.

Naquela fila, Salimo e concorrentes vendem tudo quanto possa caber, quer nos desejos, quer nos caprichos do freguês. Sobretudo das donas, essas mesmo, que se esmeram, desde no temperamento do comer, até no próprio visual: artigos de beleza, o respectivo espelhinho redondo ao lado, se arrumam como devem, lado a lado com especiarias diversas, o seu cheiro excitando a pituitária dos curiosos passantes.

Todos os dias, quando as portas do mercado municipal se abrem, Salimo é dos primeiros a entrar, no começo de mais um dia de negócios e bula-bula: afinal o serviço do mercado é também hospedar encontros entre amigos, donas, namorados e amantes.

É, assim, grande, desde muito logo, a azáfama, no dia-a-dia do mercado municipal de Cuamba, "machamba" de negócios de Salimo.

Muito-muito nas Sextas-Feiras: é que quando estamos quase no fim de semana, as compras já deixam de caber nos cestos das donas, decididas a caprichar um pouco mais no jantar de Sábado e no almoço de Domingo.

Nesse tipo de dias, Salimo mal arranja tempo, ainda que fosse um segundo, para se coçar: tem que

atrair freguês, apregoando a qualidade dos seus cominhos, do "caril rajá" ou do "corolau" ou aguçando a validade das moças, colocando-lhes no pescoço fios de ouro falso e dizendo-lhes ao ouvido, enquanto elas se espelham:

"concertessa próprio o teu namorado hoche fai-te prometer fiachem de afião até no Maputo quanto te fer a como estas ponita assim! Mesmo próprio eu, era loco te apresentar em cassa com marna esta noite, para focê me preparar mucapata"

Mas, uma Sexta-Feira, dessas em que, como todas as outras, o comboio partindo para Nampula sacode Cuamba ainda na madrugada, ninguém viu Salimo no mercado municipal.

Na verdade, muitos, muitos outros, também não foram vistos. Pelo menos até ao princípio da tarde. Um certo silêncio, dir-se-ia, adormecedor, tinha tomado o mercado. Provocava estranheza nas pessoas. E, afinal, a explicação, tinha-a o Salimo dado, por si e pelos outros muitos, igualmente ausentes:

"Incerrados no recenseamento".

Como falava a Dona Luisa, a quem chamam de "mãe de Cuamba", muitas bancas, pela manhã, "andavam às moscas", naqueles primeiros dias do recenseamento eleitoral. Mesmo porque o carro de mobilização pública insistia em fazer por ali suas rondas, muito vistosas e ruidosas.

Ainda assim, o jornalista, no seu próprio vício de perguntar, pergun-

tar ... não se pode conter, e colocou a pergunta a Salimo, na manhã seguinte:

"Então tinha encerrado a sua banca ontem? Qual era o problema?"

"Proplema? Proplema não era, por acaso. É por caussa do recenseamento, para eleições. A chente não pote perter recensear: tem que ir nas eleições, escolher chente com juisso, para Moçambique. É muito preciso, isso. Está a fer: eu já sou quase um pouco felho: sete anos no mato, na guerra. Canhei o quê?!"

Sofrimento, só sofrimento: muito mal, muito mal mesmo! Acora ...é pá...Faz de conta: o necocio aqui em Cuampa anta, mas conforme a nossa fontade, tem que antar mais melhor! Então por isso é preciso ir nas eleições fotar gente com juisso para governar Moçambique!

O tom, algo turístico do jornalista, e algo sério, do Salimo, espevitou a curiosidade da malta em redor, que logo se assenhorou do muito politizado discurso do amigo, batendo-lhe espontaneamente a mão.

"Afinal o compoio quanto há te ir ate Lichinga, quanto?!..."

O jornalista ainda ouviu este fragmento, já de longe, a vir do "debate" político, que entretanto se despoletou, à volta da banca de Salimo, reaberta, nessa, de novo buliçosa, manhã de sábado. •

eleições MOÇAMBIQUE

ELEIÇÕES MOÇAMBIQUE - Publicação da CNE/STAE

Textos e Ilustração: Direcção de Educação Cívica e Gabinete de Imprensa

Fotos: Gabinete de Imprensa - Colaboram neste número: Tomás Vieira Mário, Eduardo Siteo - Maquete: Elográfico

Impressão: MS-Moçambique Serviços - Tiragem: 50.000 Exemplos - Registo nº 013/RRA/DNI/94

Endereço: Jornal Eleições Moçambique - Rua Dr. Almeida Ribeiro nº100, Maputo - Telefones 429600/429322 Fax 429600

Os artigos dos colaboradores não reflectem necessariamente a opinião dos órgãos eleitorais.





Comissão Nacional de Eleições

Per eleições transparentes, livres e justas



Jamisse Uilson Taimo
Presidente



Alcinda António de Abreu



António Cabral Muacurica



António Timóteo Mhili



Carlos Manuel



Carlos Morgado



Fernando Rosino Macamo



Francisco Xavier Marcelino



Machatine Munguamba



Maria Joaquina Júlio Inácio



Maria Joaquina Macuácuá



Maria Angélica Salomão



Percina Salvador Slicie



Rufino Nombora



Sebastião Ribeiro Manhica



Tomás Fernando



Viana Magalhães

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) é o órgão de direcção e supervisão dos recenseamentos eleitorais e dos actos eleitorais. A Comissão Nacional de Eleições é um órgão independente de todos os poderes públicos e no exercício das suas funções deve obediência apenas à Constituição e às leis.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Compete à CNE:

- Garantir que os processos eleitorais se desenvolvam em condições de plena liberdade, justiça e transparência;
- Assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos do processo eleitoral;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas;
- Inscrever partidos políticos, coligações de partidos políticos ou grupos de cidadãos para fins eleitorais;
- Promover, através dos órgãos de comunicação social e de outros meios de difusão massiva, a educação e o esclarecimento cívico dos cidadãos sobre questões de interesse eleitoral;
- Garantir que as autoridades competentes criem as condições de segurança necessárias à realização do recenseamento e dos actos eleitorais em todo o território nacional;
- Proceder às operações de apuramento dos resultados das eleições.

Durante a realização do Recenseamento Eleitoral e dos actos eleitorais a CNE é apoiada por dois órgãos, que são a Comissão Provincial de Eleições (CPE) e a Comissão Distrital de Eleições (CDE).

SECRETARIADO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

Orgão Implementador

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, abreviadamente designado STAE, é o organismo administrativo do Estado destinado à planificação, organização e execução de processos eleitorais e de referendos.

É atribuição do STAE tudo o que diga respeito à administração de eleições e de referendos.

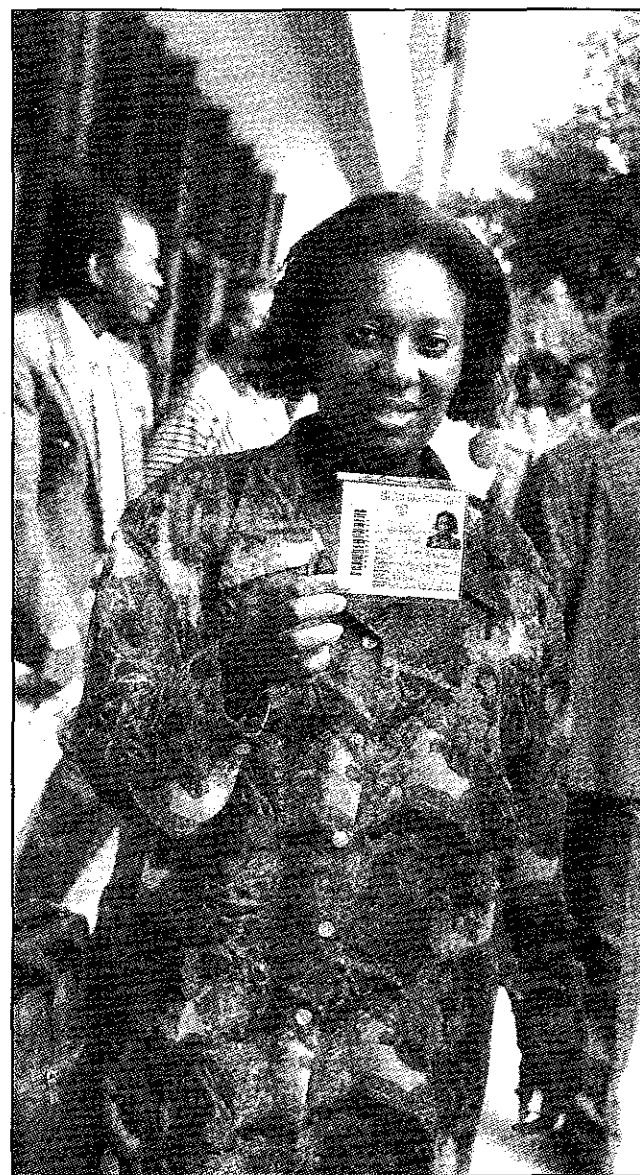
O STAE é regulado por estatutos aprovados pelo Conselho de Ministros.

Nos períodos dos recenseamentos eleitorais, dos actos eleitorais e dos referendos, o STAE subordina-se funcionalmente à Comissão Nacional de Eleições.

O STAE tem implantação a nível nacional através dos seus gabinetes provinciais, distritais e de cidade. •

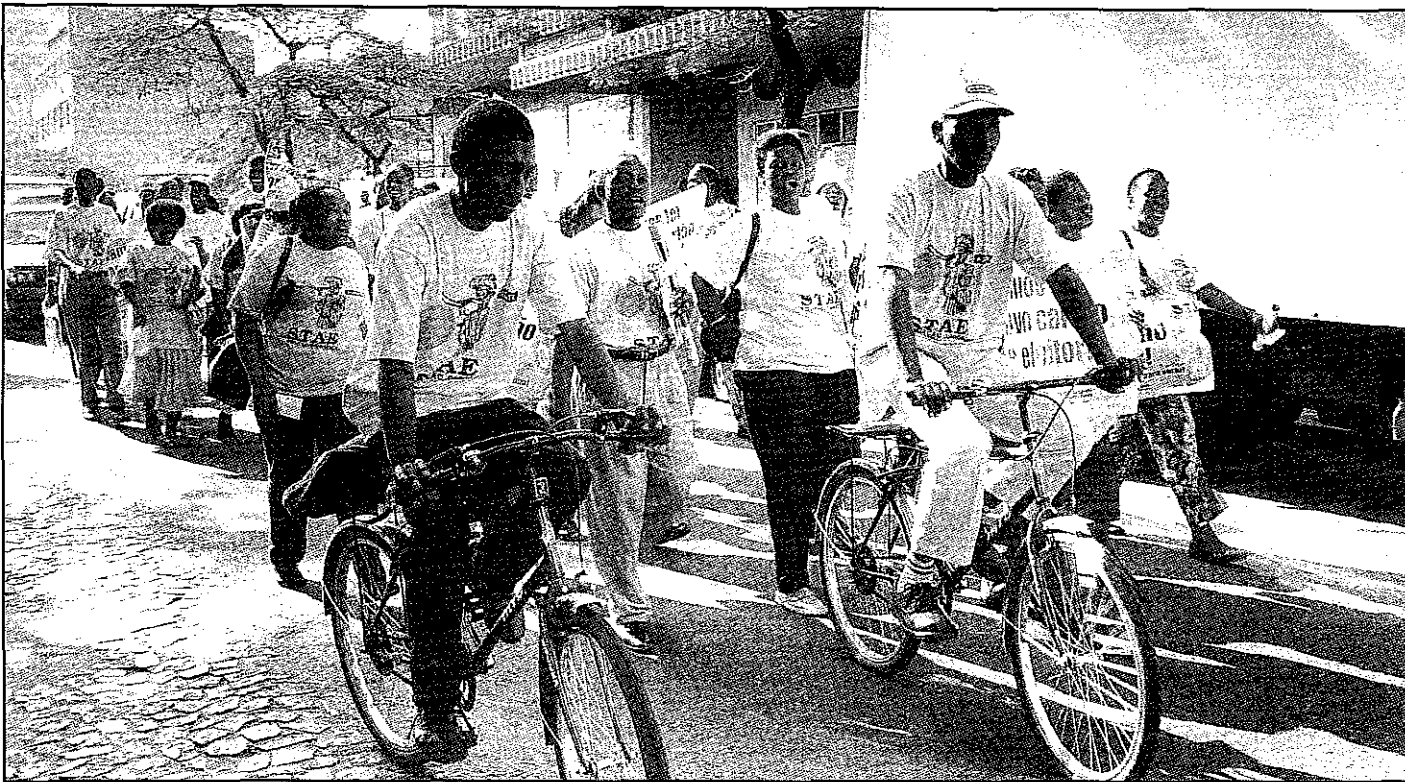


A educação cívica é também momento de festa.



"Já tenho o meu cartão de eleitora", é o que se pode presumir que esteja a dizer esta senhora.

O PLANO DE ACÇÕES DO STAE

Trabalho, Organização e Competência

As bicicletas, um meio de transporte útil para os educadores cívicos, não faltou no desfile.

O recenseamento eleitoral, pela sua importância política, abrangência territorial, complexidade e diversidade de operações, levou o STAE a um intenso e rigoroso trabalho preliminar de concepção e planificação das principais actividades necessárias à sua realização. Assim "nasceu" o Plano de Acções do STAE para a realização do novo recenseamento eleitoral, do qual se apresenta uma síntese das suas principais componentes.

1930 Postos de Recenseamento Eleitoral
9.650 brigadistas
1930 funcionários eleitorais
7.800.000 eleitores

Em todo o território nacional, nas cidades, vilas e aldeias, e em todos os lugares onde há população, foram abertos Postos de Recenseamento Eleitoral, em quantidade suficiente para inscrever todos os eleitores, que se estima sejam 7.800.000. Os postos ficam abertos 10 horas por dia, inclusive aos fins de semana.

O número de postos foi definido em função da estimativa de eleitores, da localização das populações, do período de realização do recenseamento e do tempo necessário para a inscrição de cada eleitor.

A principal tarefa dos brigadistas é a emissão de novos cartões para todos os eleitores, assegurando assim a participação de todos nas próximas eleições gerais previstas para o mês de Dezembro do corrente ano.

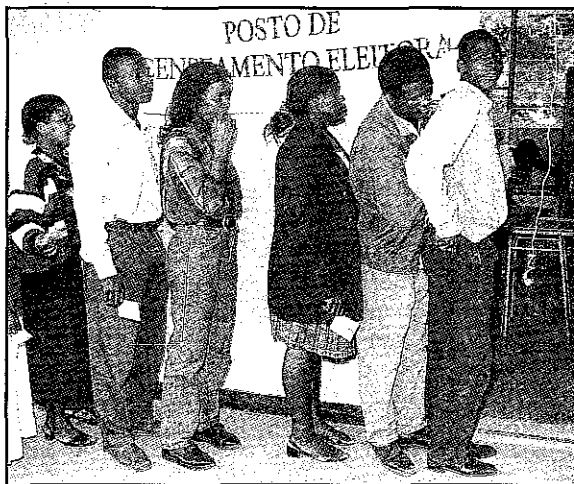
A oportunidade da realização de um recenseamento eleitoral de raiz vai permitir ao STAE o início do

processo de informatização do banco de dados dos eleitores como forma de conseguir uma melhor e mais eficaz gestão e actualização da informação.

A componente de formação

A realização do recenseamento eleitoral envolveu milhares de moçambicanos, integrados em brigadas de recenseamento, em equipas de educação cívica ou em estruturas provinciais e distritais dos órgãos eleitorais.

O plano de formação do STAE teve em vista a capacitação de todo o pessoal envolvido nesta operação,



Os potenciais eleitores numa espera paciente para se recensearem.

num total de cerca de 11.000 pessoas. Para isso foram formados, numa primeira fase, cerca de 350 formadores que, no escalão seguinte, tiveram que capacitar, nas capitais provinciais e sedes distritais, aqueles que, por todo o território, estão a executar o recenseamento eleitoral.

O STAE está também preparado para apoiar em material didático a capacitação de outros intervenientes no processo eleitoral que, em coordenação com os órgãos eleitorais, queiram participar na campanha de educação cívica do eleitorado.

Educação cívica: Com todos e para todos

Um mês antes do início do recenseamento eleitoral, começou a campanha de educação cívica do STAE, que só vai terminar com o fim do recenseamento, dia 17 de Setembro.

Para isso, a mensagem educadora e mobilizadora do STAE chega a todo o país, através da rádio, das televisões, das unidades móveis e centros de informação do STAE e também, pelo trabalho dos 1200 agentes de educação cívica que, através da comunicação interpessoal, estão a informar e mobilizar as populações para participarem, esclarecidas e interessadas, na operação recenseamento eleitoral.

A campanha tem como principais objectivos sensibilizar todos os eleitores a se recensearem para terem um novo cartão de eleitor válido para todas as eleições e explicar a importância deste acto.

Mas, porque uma festa só se faz com muitos convidados, a filosofia da campanha incluía o convite a todas as forças vivas da sociedade, os partidos políticos, para participarem no processo. A resposta não se fez esperar, muitas organizações da sociedade civil, partidos políticos têm vindo a trabalhar lado a lado com os agentes do STAE no esforço para mo-

bilizar maior número de pessoas aos postos de recenseamento eleitoral.

De helicóptero, de carro, de bicicleta... e a pé!

A realização de uma operação gigantesca como a do recenseamento eleitoral implica, também, uma avaliação das necessidades em meios de transportes de apoio às diferentes componentes do trabalho. O Plano de Acções previu, por isso, o tipo e quantidades de viaturas a envolver, os momentos em que elas seriam necessárias e onde.

Assim, na impossibilidade de se adquirirem a tempo as 60 viaturas planificadas, foram alugadas viaturas privadas em todas as províncias para distribuir as brigadas de recenseamento e o respectivo material. Esta operação foi apoiada por 3 helicópteros alugados para o efeito, principalmente para operar nas zonas de difícil acesso, e por viaturas disponibilizadas pelo Governo e instituições privadas. Os agentes de educação cívica são apoiados, na sua maioria, por bicicletas.

Mesmo assim, esta "frota" não dispensa o meio de transporte mais vulgar entre a população e os funcionários eleitorais que é o de fazer longas caminhadas a pé... seja no caso do brigadista que tem de abrir o posto, do agente de educação cívica que precisa promover uma sessão de esclarecimento ou do funcionário da estrutura distrital.

O custo do recenseamento eleitoral

Prevê-se que a operação "recenseamento eleitoral" custe cerca de 20 milhões de dólares, o que corresponde - para um universo estimado de 7.800.000 eleitores - a 35.000.00 MT/eleitor.

O orçamento inclui as despesas inerentes à realização das actividades previstas no Plano de Acções como sejam, entre outras, educação cívica, formação, aquisição e aluguer de viaturas, compra do material de recenseamento e subsídios.

A fase do recenseamento é financiada em 25% pelo governo moçambicano, sendo o restante compromisso assumido pela comunidade internacional.

A presença dos órgãos eleitorais em todo o território

O Plano de Acções do STAE está sendo implementado, em todo o país, pelos seus gabinetes provinciais e distritais, com supervisão da Comissão Nacional de Eleições, também representada em todo o território pelas respectivas Comissões Provinciais, Distritais e de Cidades.

Estas duas instituições, cada uma com as suas responsabilidades, garantem que a operação recenseamento eleitoral chegue a todo o território no tempo certo, com a qualidade necessária e em plenas condições de igualdade para todos os eleitores. •

A educação cívica e a sociedade civil

Eduardo Sítio*

O contexto

Neste texto defende-se uma tese que aponta para a importância da educação cívica no processo de fortalecimento do espaço da sociedade civil. Isto, em particular, na medida em que a educação cívica seja orientada no sentido da promoção de uma cidadania activa. Uma cidadania activa que é condição necessária para o exercício da soberania popular, soberania popular que, por sua vez, dá conteúdo à ideia de regime democrático.

Assim, trata-se aqui, brevemente, do significado da sociedade civil e, em seguida, aborda-se a educação cívica, quer na dimensão de educação eleitoral, quer na sua acepção mais geral de educação visando a formação – e consolidação – da consciência de cidadania. A partir desta última dimensão da educação cívica o argumento concentra-se no que é comum a ela e à sociedade civil, designadamente a ideia (e a luta pela promoção!) de cidadãos conscientes e activos como motores do processo democrático.

A sociedade civil

Na tradição de Hegel e Marx, a sociedade civil ocupa o espaço exterior ao Estado e refere-se à esfera das associações e grupos autónomos, formados pelos indivíduos na sua capacidade de cidadãos privados. Esta é uma forma de conceber a sociedade civil que, noutros termos, significa o conjunto das associações autónomas através das quais as pessoas comungam esforços na busca de soluções para os problemas próprios e que funcionam, também, como canais que viabilizam a pressão e o controlo popular sobre a acção dos governos e que garantem protecção aos cidadãos perante excessos da governação.

Mas, há outra dimensão do que é a sociedade civil. Aquela que privilegia a extensão e efectividade com que esta limita o espaço de intervenção do Estado, prevenindo assim que este tome controlo de toda a actividade social, quer penetrando todas as esferas da vida das pessoas, quer absorvendo toda a iniciativa e talento sociais.

Assim, podemos destacar aqui quatro elementos essenciais sobre o que é a sociedade civil:

- A ideia da sociedade civil pressupõe a existência de um estado, constituindo duas entidades distintas que, todavia, coexistem sobretudo em sociedades de pluralismo democrático
- Distinguir a sociedade civil do Estado implica o reconhecimento da separação entre as esferas pública e privada da vida das pessoas e, particularmente, implica a necessidade da potenciação dos direitos e liberdades dos cidadãos
- O espaço visível da sociedade civil é a presença na sociedade de



A campanha de educação cívica recorre a vários métodos para que a mensagem chegue aos potenciais eleitores. Na foto, um pormenor de uma peça teatral educativa.

um número significativo de associações autónomas formadas pelos indivíduos na sua capacidade de cidadãos privados

- Estes grupos e associações autónomas encontram-se em permanente interacção com o Estado, através das suas instituições, com a finalidade de: (a) juntar forças e encontrar soluções para problemas comuns, bem como garantir um mecanismo de pressão e controlo popular da acção governativa e (b) prevenir que o poder do Estado transcenda o limite do bem comum e, igualmente, evitar que este poder suprima o leque de direitos e liberdades que assistem aos cidadãos numa sociedade civilizada.

Chegados aqui é imperioso destacar também alguns aspectos que tornam a sociedade civil uma entidade expressiva em qualquer sistema social:

- Para falar de uma sociedade civil expressiva é preciso que exista uma rede crescente – e florescente – de associações voluntárias em todas as áreas da vida social que permita às pessoas gerir autonomamente a sua vida
- Tem de haver uma base sólida de conhecimento sobre os procedimentos e práticas governativos (de elaboração e de gestão de políticas governativas) que seja independente do Estado. Isto é, o controlo popular e pressão sobre os actos governativos pela sociedade civil, implica conhecimento de causa sobre governação com origem exterior e independente das instituições do Estado
- As liberdades de expressão e de imprensa e, mais concretamente, a existência de meios de comunicação social independentes do Estado é um veículo que propicia a expressão da sociedade civil e
- Estes grupos e associações precisam de uma capacidade

económico-financeira própria, sólida, sem a qual o princípio da autonomia estará comprometido e, com ele, a relevância da sociedade civil em si.

Bom, aqui ficou caracterizado o sentido da sociedade civil. Importa, a seguir, indicar em que medida esta caracterização é relevante para a consideração do espaço – e necessidade – da educação cívica.

A Educação Cívica como Educação Eleitoral

A educação eleitoral visa essencialmente promover o conhecimento e a participação dos cidadãos no processo eleitoral, quer entanto que cidadãos eleitores, quer como cidadãos candidatos a eleitos. Desde o momento em que o registo se processa (recenseamento eleitoral e registo dos candidatos) até ao aspecto decisivo do processo: a votação.

Mas, a educação eleitoral não se esgota na explicitação do como do processo eleitoral. Ela incorpora também uma dimensão da abordagem do porquê da participação dos cidadãos nas eleições. A ideia é que um regime democrático é aquele em que (para além doutros factores!) os governantes resultam de um exercício de escolha dos cidadãos em eleições que sejam suficientemente livres, justas e pluralistas. Ou seja, situar a relevância das eleições no processo democrático e explicitar o modo como elas se concretizam é a missão básica da educação eleitoral.

Educação Cívica no sentido geral

Por outro lado, a educação cívica no seu aspecto mais geral é aquela educação que visa a formação da consciência de cidadania. Cidadania essa que implica (entre outras coisas) que o indivíduo, na sociedade em que se encontra, realiza a plenitude dos direitos que lhe assistem como sujeito integrante dessa so-

cidade, ao mesmo tempo que satisfaz as obrigações que esta sociedade lhe coloca.

E numa sociedade democrática, um dos direitos básicos dos cidadãos – aquele que preenche as características definitórias do regime – é a eleição dos governantes que o conjunto dos cidadãos deseja ver na condução dos seus destinos. Por isso, a efectivação desta dimensão de educação cívica pressupõe também a concretização dos elementos de participação dos cidadãos no processo eleitoral que constituem o objecto da educação eleitoral.

Mais precisamente com cidadãos activos e participativos e, sobretudo, conscientes dos seus direitos e liberdades numa sociedade democrática – e dispostos a exercitá-los – a educação eleitoral se reduziria à explicitação dos aspectos técnicos de realização do processo eleitoral, o que significa uma simples informação sobre os procedimentos do processo. Desaparecendo assim a dimensão de mobilização para a participação que se tornaria, nessa eventualidade, redundante.

Todavia, a presença de cidadãos activos e participativos que realizam na plenitude o exercício dos seus direitos e liberdades requer (e também condiciona) a existência na sociedade de mecanismos de agregação e articulação de interesses. Mecanismos esses constituídos por grupos e associações autónomas que, no seu conjunto, estruturam o espaço da sociedade civil.

Moral da história

Do que ficou dito resulta que há algo de comum na abordagem da esfera da sociedade civil e do papel da educação cívica. E esse algo pode situar-se nos seguintes elementos: (a) na ideia de cidadãos conscientes dos seus direitos e liberdades, (b) no princípio da eleição democrática dos governantes e (c) no valor da participação política dos cidadãos na caracterização e preservação de regimes democráticos.

Isto é, sociedade civil significa sobretudo uma cidadania activa em exercício e a educação cívica visa potenciá-la. Sendo que quanto mais frágil e/ou instável a sociedade civil maior e urgente a necessidade e abrangência da educação cívica.

Este é o caso de Moçambique onde o espaço da sociedade civil é ainda bastante limitado. Não só porque o passado político do país não incluiu uma dimensão da separação entre as esferas do Estado e da sociedade civil, mas também porque o desenvolvimento sócio-económico do país não propicia a emergência de grupos autónomos, sólidos, para a agregação e articulação de interesses. Por isso, no espaço emergente – e incipiente – da esfera da sociedade civil, que se está erguendo no país, a educação cívica, sobretudo na sua acepção mais geral, torna-se uma prioridade incontornável às condições necessárias para a realização do seu bem estar social. •

* Investigador e docente universitário da UFICS/UEM e ISRI

O recenseamento das personalidades

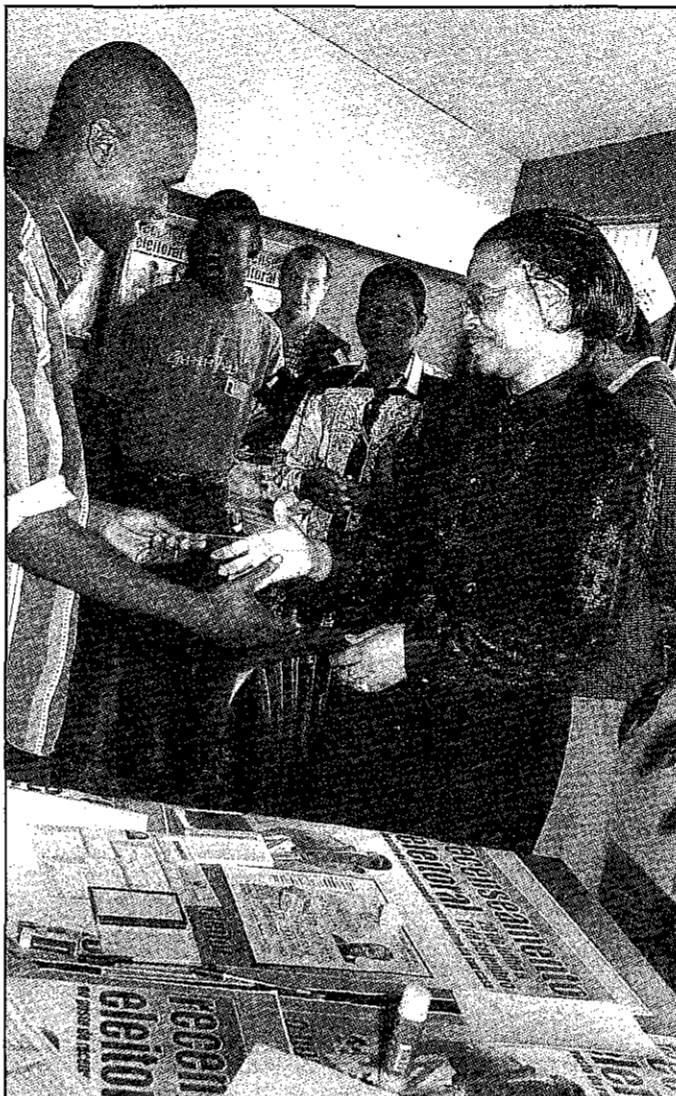
Várias personalidades da vida política, económica e religiosa já se recensearam. Logo no primeiro dia do censo, o Presidente da República, Joaquim Chissano, foi ao posto de recenseamento na Escola Secundária Josina Machel e inscreveu-se, estando assim habilitado a eleger e ser eleito, quando se realizarem as eleições programadas para este ano.

Também o líder do maior partido da oposição, Afonso Dhlakama, foi dos primeiros a recensear-se. Foi no segundo dia do processo e o seu posto foi o da Escola Secundária da Polana. Para além dos políticos, várias outras individualidades da vida política, económica e religiosa mostraram pelo exemplo que é necessário que todos estejam registados para poderem votar nas próximas eleições.

Todas estas personalidades foram unânimes nos seus apelos: é preciso que todos afluam aos postos de recenseamento, não só porque um direito e dever, mas especialmente porque assim contribuem para o fortalecimento da democracia em Moçambique, uma democracia que é construída com a participação de todos e cada um de nós. Siga o exemplo e inscreva-se já.



O Presidente da República, Joaquim Chissano a rubricar o seu cartão de eleitor no posto de recenseamento da Escola Secundária Josina Machel, em Maputo.



Graça Machel a receber o seu cartão. Ela não quer perder a oportunidade de exercer o seu direito de voto nas próximas eleições.



O sorriso rasgado do líder do Partido RENAMO, Afonso Dhlakama, após receber o seu cartão de eleitor no posto de recenseamento da Escola Secundária da Polana, na Cidade de Maputo.



Várias personalidades políticas não quiseram deixar para o fim a sua inscrição. Na foto, o veterano político Marcelino dos Santos a recensear-se.



Raúl Domingos, chefe da bancada parlamentar da RENAMO na actual Assembleia da República, exibindo o seu cartão de eleitor.



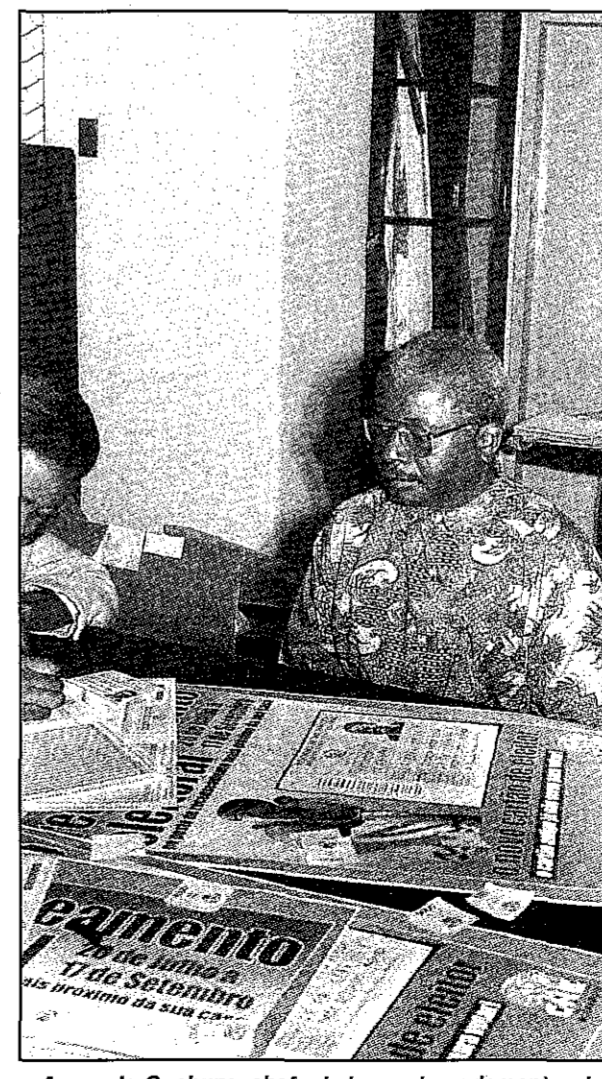
O Presidente da Comissão Nacional de Eleições foi dos primeiros a recensear-se no posto da Escola Secundária Josina Machel, em Maputo. Na foto, o reverendo Jamisse Taimo logo após receber o seu cartão de eleitor.



O sheik Aminudin Noormomad, líder religioso muçulmano quando se recenseava num posto da Cidade da Matola.



Momento em que o Director-Geral do STAE, António Carrasco, assinava o seu cartão de eleitor.



Armando Guebuza, chefe da bancada parlamentar da FRELIMO na Assembleia da República, quando se registava no posto de recenseamento da Escola Primária "3 de Fevereiro", em Maputo.



Os líderes religiosos também apelaram a participação massiva no recenseamento. O Cardeal D. Alexandre mostrou com exemplo prático que todos precisam de se recensear.



Instantâneo de um dos momentos do processo de recenseamento.

O deputado Ossumane Aly Dauto exibindo o seu cartão de eleitor após ter-se recenseado.

Opinião



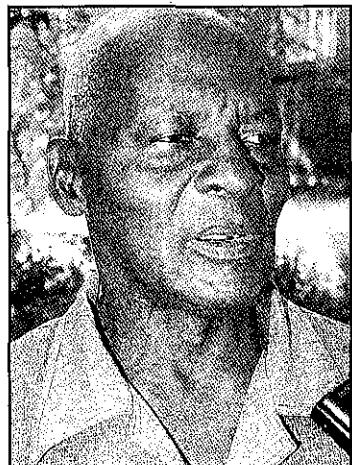
Santina da Sansão Daniel
Estudante
21 anos de idade

O STAE é um órgão de organização de eleições.

Eu sou da opinião que os novos dirigentes da CNE e do STAE devem garantir a realização de eleições livres, justas e transparentes.

Eu confio na idoneidade deles pelo trabalho prestado anteriormente noutros sectores sociais. O alargamento da CNE até aos distritos vai permitir maior transparência no próximo sufrágio.

O STAE deve distribuir mais camisetas e melhorar o trabalho de educação cívica.



Ricardo Simbine
Oficial Administrativo
62 anos de idade

Temos experiência do trabalho realizado pelos órgãos eleitorais nomeadamente STAE e CNE. O cidadão deve ter direito de opinião mesmo que não seja parlamentar. Muitas vezes os deputados discutem assuntos alheios ao eleitorado, mas em nome do mesmo. O novo corpo directivo vai realizar eleições condignas visto possuir experiência acumulada doutros sítios por onde passaram.

O STAE deve trabalhar muito na educação cívica de forma a que as pessoas compreendam a importância do voto.

Deve-se repetir o recenseamento eleitoral pois há dúvidas sobre o recenseamento anterior, houve desaparecimento de cadernos e muitos tiveram que voltar às suas zonas de origem. Portanto deve-se fazer mesmo o recenseamento eleitoral.



Sérgio Raimundo Chissico
Escriturário
51 anos de idade

Penso que o STAE é um órgão encarregue de fazer o recenseamento da população e a CNE está encarregue de velar por este trabalho das eleições. Tenho conhecimento de que se vão realizar as 2^{as} eleições gerais este ano.

Sei também que foram nomeados novos membros da CNE, assim como um novo Director Geral do STAE.

Penso que as coisas vão melhorar, o que temos que fazer é prestarmos maior apoio. Como todos sabemos, não é fácil dirigir este processo.

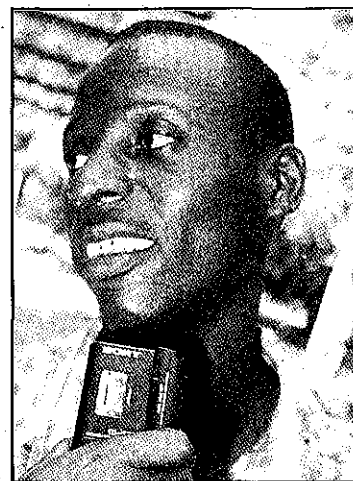
Falando do alargamento da CNE até aos distritos dizer que isso é benéfico porque a população do campo vai ter o privilégio de exercer o seu direito que é o de votar.

Para a população poder ir em massa à votação, o STAE e a CNE devem trabalhar muito na educação cívica, informando as pessoas da importância destas eleições.

Acho também que deve-se fazer o novo recenseamento eleitoral por ter havido o desaparecimento de alguns cadernos, assim como nomes mal escritos. Só deste modo poderemos ter eleições transparentes livres e justas.



"Vamos ter novo cartão de eleitor" para que possamos ter "eleições transparentes, livres e justas".



Roberto Isaias Boane Serralheiro
26 anos de idade

A CNE e o STAE devem trabalhar muito de forma a garantir eleições livres e justas. **O mais importante é o alargamento da Educação Cívica, o que poderá acontecer com a expansão da CNE até aos distritos.**

O eleitorado deve saber eleger os melhores dirigentes, aqueles que são capazes de melhorar a vida do povo.

Deve-se fazer o novo recenseamento eleitoral para legitimar esse processo eleitoral.



Alexandre Moiane
Vendedor
62 anos de idade

Toda gente sabe o que são eleições, mesmo aqueles que nas eleições passadas não tinham idade de votar.

Os órgãos eleitorais têm a obrigação de preparar o processo de modo a que não haja desordem.

O povo apenas espera ser chamado para votar. Se o processo for bem organizado pelas estruturas competentes, o eleitorado vai afluir em massa.



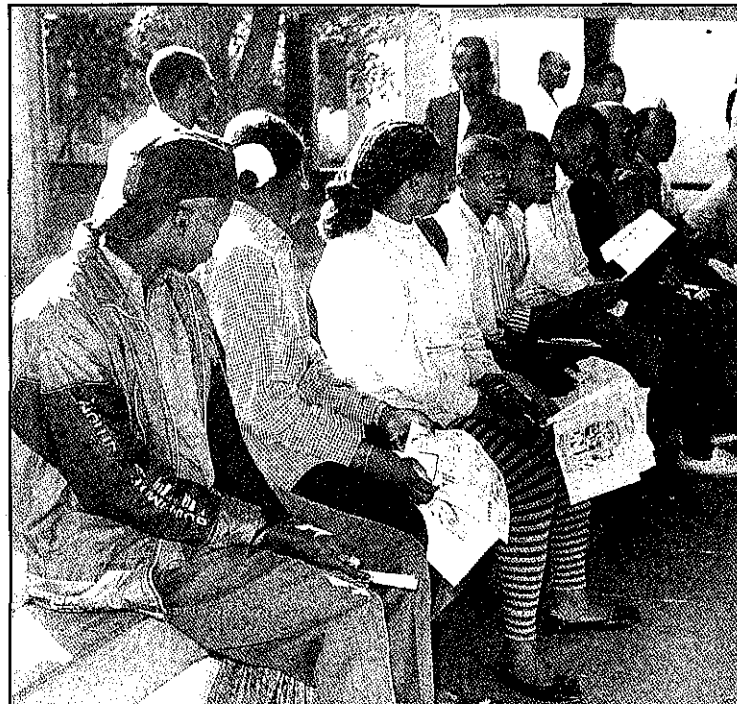
Felicidade Dimende
Vendedeira
56 anos de idade

Gostava que as próximas eleições trouxessem mudanças significativas no seio do povo.

Para que as pessoas afluassem em massa às urnas, deve haver organização na população.

Se os órgãos eleitorais não mudarem o sistema anterior, o processo pode fracassar mas se estes mudarem vai-se alcançar maior êxito.

Gostamos de ter governantes, mas a sua eleição deve ser justa e transparente.



Angélica Lucas Magenge
Estudante
23 anos de idade

STAE e CNE são órgãos que organizam as eleições.

O meu apelo é que o processo seja bem organizado para não se repetir o fracasso das eleições autárquicas. Para tal, deve haver boa educação cívica e o alargamento da CNE até aos distritos.

Deve haver novo recenseamento eleitoral para permitir o bom andamento do processo, dado que, muita gente voltou às suas zonas de origem.

A afluência aos postos de recenseamento eleitoral está a ser grande em todas as províncias do país.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO CÍVICA

Atingir todos os cantos do PAÍS



O primeiro dia de educação cívica em, 23 de Julho, em Maputo, foi marcado por um desfile pelas avenidas da cidade.

Na manhã ensolarada de 23 de Junho, o Pavilhão Desportivo do Benfica de Quelimane pejado de gente testemunhava um dos primeiros passos rumo às eleições que se realizarão no mês de Dezembro no país: o lançamento da campanha nacional de educação cívica.

Os grupos culturais e teatrais esmeraram-se em mostrar aos presentes a importância de todos os cidadãos se recensearem entre os dias 20 de Julho e 17 de Setembro para assim poderem votar nas eleições legislativas e presidenciais. O famoso grupo zambeziiano Montes Namúli, num misto de bailado e peça de teatro mostrou aos presentes o processo prático de educação cívica e recenseamento eleitoral.

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Reverendo Jamisse Taimo, referiu nesse dia, repetidas vezes, a necessidade do envolvimento de todos e especialmente dos partidos políticos, como principais interessados no processo eleitoral, na campanha de educação cívica, para que nenhum moçambicano fique sem perceber a necessidade de que se reveste o recenseamento de raiz, a decorrer desde o dia 20 de Julho.

O Reverendo Jamisse Taimo chamou atenção especial para o facto de os cartões de recenseamento eleitoral de 1994 e 1997 não serem válidos para as próximas eleições gerais, daí a necessidade de todos afluírem aos postos de registo, sob risco de perderem o direito de elegerem e serem eleitos.

"O cartão de eleitor para as eleições deste ano só será aquele que o eleitor vai receber neste recenseamento. O cartão é diferente de todos os outros cartões. Não adianta pensar que já se tem o outro ou outros. Se a pessoa acha que vai viajar, pense que o recenseamento



Parte da frota automóvel que está a funcionar para que o recenseamento eleitoral se efective com normalidade em todos os pontos do país.

dura 60 dias. Se acha que vai viajar no meio do recenseamento, então, logo no início, vá ao posto e diga: já estou pronto para ser recenseado, do que deixar-se ficar para os últimos dias", frisou o Presidente da CNE.

As várias pessoas, entre cidadãos comuns, agentes de educação cívica, políticos e religiosos, que estiveram nesta cerimónia em Quelimane, ouviram do Reverendo Jamisse Taimo o apelo para que todos os moçambicanos e, em especial, os ali



Em Maputo os educadores cívicos não se poupam a esforços. É que é necessário mobilizar todos para o recenseamento.

presentes envolverem-se na campanha de educação cívica para que o recenseamento seja o sucesso que todos querem que seja.

Nesta província considerada o maior círculo eleitoral do país, com cerca de 1.638.510 cidadãos com capacidade eleitoral activa, o Reverendo frisou que a educação cívica e o recenseamento eleitoral não são tarefas exclusivas da CNE, mas de todos e pediu a participação activa de todos, advertindo que todos aqueles que queiram boicotar o processo devem ficar de lado, pois pretende-se que estes momentos sejam de festa dos moçambicanos.

"Queremos dizer que se trabalharmos juntos, 60 dias são muitos, mas se não trabalharmos juntos 60 dias são poucos. Mas como acredito que do Rovuma ao Maputo todos nós estaremos envolvidos neste processo, 60 dias vão chegar para o recenseamento eleitoral. Que juntos façamos o recenseamento. Declaro então aberta a campanha nacional de educação cívica em todo o território moçambicano", disse o Presidente da CNE.

Em paralelo ao acto central realizado na capital da Zambézia, decorreram cerimónias similares em todas as províncias.

O Director-Geral do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), António Carrasco, que dirigiu o lançamento da campanha de educação cívica na Cidade de Maputo, frisou a necessidade de que "ninguém deve ficar de fora" no recenseamento eleitoral e que para que isso suceda é imprescindível o envolvimento dos agentes de educação cívica e de todos na sensibilização das pessoas.

"Não podemos permitir que as pessoas não votem porque não se recensearam", frisou António Carrasco, acrescentando que para se evitar isso é necessário que o agente de educação cívica mobilize o maior número de pessoas, pois "se não conseguirmos abranger todo o eleitorado, isso significará que contribuímos para que as pessoas não votem".

Esta campanha de educação cívica, que custa dois milhões de dólares americanos, privilegia o contacto interpessoal, "cara a cara", para tornar possível o recenseamento de cerca de oito milhões de potenciais eleitores activos.

A nível da província de Maputo, a campanha de educação cívica foi lançada no Bairro T-3, Cidade da Matola e, para além dos apelos ao envolvimento de todos e especialmente dos agentes, foi caracterizada pela participação de grupos culturais que apresentaram peças teatrais. Houve igualmente palestras e um desfile de carros alegóricos.

Em Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Nampula, Cabo Delgado e Niassa o lançamento da campanha de educação cívica, ainda em curso, foi caracterizado por um mesmo apelo: todos devem envolver-se no processo e todos devem recensear-se para que as eleições deste ano sejam um sucesso, uma festa do povo moçambicano. •

Vamos todos recensear - Apelo do Presidente da CNE

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Reverendo Jamisse Taimo, exortou a 18 de Julho todos os moçambicanos a recensearem-se no período compreendido entre 20 de Julho e 17 de Setembro para poderem exercer o seu direito de votar nas próximas eleições gerais multipartidárias.

Jamisse Taimo fez questão de sublinhar nesta exortação que o recenseamento eleitoral deste ano é de raiz e invalida os cartões de eleitores de 1994 e 1997. Este censo cobre todos os moçambicanos com idade igual ou superior a 18 anos até 17 de Setembro.

cadernos de 1994, não se operou tal como previsto e isso afectou a fiabilidade de muitos deles. Por outro lado, vem sendo sentida a necessidade de produzir novos cadernos, que possam difundir maior confiança entre os agentes eleitorais e entre as forças políticas, os principais e directos interessados na matéria. A actualização havida em 1997 cobriu uma pequena parte da população, precisamente aqueles que, no âmbito do sufrágio, entre as primeiras eleições gerais e as eleições autárquicas perfizeram a idade estabelecida para o exercício do direito de votar e ser eleito.

Para que este recenseamento seja coroado de êxito é necessário o envolvimento de todos. Jamisse Taimo sublinhou que todos são "chamados a participar activamente neste grandioso esforço nacional. Associações cívicas, organizações não governamentais, confissões religiosas, partidos políticos e seus fiscais, agentes económicos, a sociedade moçambicana em geral, todos são convidados a dar o melhor da sua contribuição para o sucesso deste exercício patriótico".

Este recenseamento eleitoral de raiz vai permitir, de acordo com o Presidente da CNE, que se determine o número de deputados que cada província elegerá para a Assembleia da República, daí que a participação na inscrição seja um acto de cidadania, um direito constitucional, uma contribuição para o desenvolvimento e consolidação da democracia em Moçambique.

Que "cada um de nós seja mobilizador, dentro da família, da comunidade e da sociedade; para o sucesso deste recenseamento, um exercício soberano e patriótico de todos e de cada um dos cidadãos moçambicanos. Vamos todos recensearmo-nos para podermos votar pela vida deste Moçambique e pela resolução paulatina e crescente dos problemas e necessidades do nosso quotidiano", voltou a reiterar o número um da CNE. •



O Presidente da CNE, Jamisse Taimo, que já tem nas mãos o seu cartão de leitor, exorta todos a recensearem-se.

Mas porquê um recenseamento de raiz?

O Presidente da CNE explicou que "depois do recenseamento de 1994, houve muita mobilidade da população, já que a paz alcançada no término do conflito armado permitia que muitas pessoas voltassem às respectivas terras de origem, situação esta que resultou na desadequação dos cadernos de recenseamento em relação aos eleitores nêles inscritos. O nível de tratamento técnico e o estado de conservação dos



O cidadão dirige-se ao posto de recenseamento, facilmente identificável, conforme demonstra a imagem.

Os vários passos do recenseamento

O recenseamento eleitoral de raiz, que decorre desde 20 de Julho e termina a 17 de Setembro, vai permitir o registo de 7,8 milhões de potenciais eleitores e dotar o país de uma base fiável de dados para os próximos actos eleitorais. Isto graças à informatização dos dados deste censo.

Para o acto de registo, o cidadão precisa de um documento de identificação e ter 18 anos ou mais. O processo é simples: apresenta-se o documento aos brigadistas e estes encarregam-se do resto do trabalho (registo nos cadernos, preenchimento da ficha e do cartão, feitura da fotografia e plastificação do cartão). As fotos que se seguem ilustram esse processo. É simples e fácil. Não deixe para amanhã. Recenseie-se hoje mesmo.



1- No posto de recenseamento aguarda-se a vez para o registo.



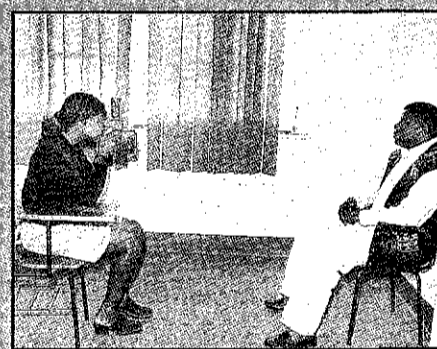
2- Os brigadistas comprovam a identidade do cidadão.



3- Faz-se o registo dos dados do cidadão.



4- Imprime-se no boletim a impressão digital.



5- Tira-se a fotografia a colar no cartão de eleitor.



6- Coloca-se a fotografia no cartão de eleitor.



7- E o processo terminou. O cidadão já possui o seu cartão de eleitor.

Recenseamento já em curso

- Afluência considerável nos primeiros dias

Começou a 20 de Julho, em praticamente todo o país, o recenseamento de raiz, que vai possibilitar que os moçambicanos possam eleger e ser eleitos nas eleições gerais e presidenciais deste ano. Logo no primeiro dia inscreveram-se o Presidente da República, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), os chefes das bancadas parlamentares da Frelimo e da RENAMO, bem como dirigentes e personalidades políticas e do Governo. No segundo dia coube vez ao Primeiro-Ministro, ao líder da RENAMO e ao Director-Geral do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Nos pronunciamentos feitos após o recenseamento, todos foram unânimes em exortar os cidadãos com 18 anos ou mais até 17 de Setembro para se recensearem o mais rapidamente possível, não deixando esta obrigação cívica e de cidadania para os últimos dias.

O Presidente da República, Joaquim Chissano, quer a participação de todos e pediu aos órgãos de comunicação social para nos seus trabalhos jornalísticos, incentivarem os moçambicanos a acorrerem ao recenseamento eleitoral.

"Esta é que deve ser a tarefa de nós todos e nenhum de nós tem a tarefa de lançar qualquer dúvida aos eleitores, mas sim tentar esclarecer e incentivar para que todos possamos exercer o direito de voto, porque se um cidadão é levado a não exercer este direito constitucional, é uma violação desses mesmos direitos. Por isso, o nosso dever é dizer ao cidadão que se vá recensear e prepare-se para as eleições deste ano", disse Joaquim Chissano após recensear-se no posto localizado na Escola Secundária Josina Machel, em Maputo.

Também o Presidente da CNE, Reverendo Jamisse Taimo, reiterou este apelo de adesão dos cidadãos ao recenseamento eleitoral.

O Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, que se recenseou na Escola Secundária da Polana, indicou que apelava todo o povo moçambicano, "todo aquele que tem 18 anos ou mais, para se poder recensear. Devem afluír às mesas de recenseamento, porque é só com o novo cartão que cada moçambicano vai poder escolher livremente o seu Presidente e representantes para a Assembleia da República".

O Primeiro-Ministro, Pascoal Mocumbi, num primeiro balanço após recensear-se no posto da Escola Secundária da Polana, disse estar convencido de que o recenseamento tinha arrancado, já no primeiro dia, em 95 por cento dos 1930 dos postos planeados. Todos os postos estavam, entretanto em pleno funcionamento até ao dia 25. O início tardio nesses postos, localizados em Inhambane, Manica, Tete, Cabo Delgado e Niassa, ficou a dever-se a problemas de acesso por via rodoviária e a mau tempo nos lo-



Os recenseadores não têm mãos a medir. É preciso registar o número máximo de potenciais eleitores.

cais em que o transporte dos materiais requeria o uso de helicópteros.

O Conselho de Ministros, reunido no segundo dia do recenseamento eleitoral para avaliar o processo disse que se estava a cumprir com o que estava planificado e voltou a reiterar que todos se devem "inscrever para poderem votar, pois só com o novo cartão é que podem exercer o direito de escolher os dirigentes do país".

O Director-Geral do STAE, António Carrasco, que inscreveu-se na Escola Industrial 1º de Maio, num primeiro balanço após o início do recenseamento disse que cada brigada estava a atingir médias surpreendentes de pessoas recenseadas. Em média previa-se o registo de 75 pessoas por brigada, mas os primeiros números indicavam que essa média era superior a 100.

Os apelos à adesão ao recenseamento chegaram de várias personalidades da vida política, económica, religiosa e da sociedade civil.

Em Maputo, o Cardeal Dom Alexandre Maria dos Santos, o Bispo dos Libombos, Dom Dinis Sengulane, o Sheik Aminudine Normamad foram algumas das personalidades religiosas que apelaram à adesão massiva das pessoas, mas também nas províncias houve apelos semelhantes.

Informações que nos chegaram de todas as províncias comprovam que o processo do recenseamento arrancou sem sobressaltos, à excepção de alguns postos que receberam os kits dois, três ou quatro

dias depois do início do acto.

Na província de Nampula, onde funcionam 370 brigadas para recensear 1.566.582 potenciais eleitores, logo no primeiro dia já se ultrapassava a média de 75 recenseados por posto. Na primeira semana já estavam recenseadas 98.564 pessoas.

Tal também se verificava na Zambézia, província que como Nampula tem um elevado número de potenciais eleitores: 1.638.510. Não obstante a dificuldade de acesso em alguns distritos, o recenseamento arrancou em pleno no primeiro dia. As 380 brigadas recensearam, na primeira semana, 102.079 pessoas.

Em Sofala, província que tem 170 brigadas para recensear 743.156 eleitores potenciais, à excepção do atraso na abertura de alguns postos e dos problemas de escassez de meios de transporte, o processo decorreu desde o princípio com normalidade e no primeiro fim-de-semana houve brigadas na Cidade da Beira que chegaram a recensear 200 pessoas, o que revela a aderência das pessoas. Na primeira semana estavam recenseadas 66.192 pessoas.

A província de Manica, com um potencial de 534.411 eleitores, também o recenseamento começou e está a decorrer normalmente e a média de recenseados por brigada/dia na primeira semana era de 90. Foram recenseados em sete dias 71.615 cidadãos.

Tete, uma outra província do Centro de Moçambique que prevê inscrever 628.536 possíveis eleito-



Para as zonas de difícil acesso, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) alugou três helicópteros deste tipo.

res, o recenseamento está no bom caminho e a média diária de inscritos por brigada era de 120. Dos dados apurados na primeira semana estavam inscritas 40.070 pessoas.

Das duas províncias mais a norte de Moçambique, Cabo Delgado e Niassa, que nos primeiros dias tinham alguns postos inoperacionais, as informações referem que o processo ganhou normalidade e que há adesão dos cidadãos.

Com 110 brigadas e um universo de 431.854 eleitores, o Niassa que tem graves problemas de vias rodoviárias, portanto de acessibilidade, a média diária de recenseados por brigada era superior àquela prevista pelo STAE-Central: 75. Só na primeira semana estavam recenseados 69.274 cidadãos.

Cabo Delgado, após resolver o problema da colocação de kits das 155 brigadas em todos os postos, incluindo os inacessíveis por via terrestre, tal como no resto do país, as médias atingidas são superiores às projectadas. Do universo de 682.298 potenciais eleitores estavam inscritos 25.608, mas os dados não eram completos, pois havia postos que ainda não tinham enviado os dados à capital provincial.

No Sul do país, compreendendo as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, também se ultrapassaram as expectativas iniciais projectadas pelo STAE.

Na província de Inhambane, onde funcionam 135 brigadas para recensear até 17 de Setembro 562.860 pessoas estavam inscritos 49.714 cidadãos.

Em Gaza, onde funcionam 130 brigadas para recensear 558.566 pessoas, a média de inscrições nos primeiros dias oscilava entre 100 e 130, em cada posto. Na primeira semana tinham-se recenseado 70.271 pessoas.

Na província de Maputo, com um universo de 418.406 prováveis eleitores, a média de recenseados por brigada também se situava acima de 100. As 100 brigadas de Maputo-província tinham recenseado na primeira semana 43.996 cidadãos.

Na Cidade de Maputo, com 120 brigadas para inscrever 536.613 potenciais eleitores, a média de recenseados por brigada/dia também ultrapassou as expectativas iniciais. Na semana um do processo inscreveram-se nos cadernos eleitorais 63.207 pessoas.

Como se pode deprender, tudo indica que o processo do recenseamento de raiz está de vento em popa e que há uma grande aderência e uma organização dos órgãos eleitorais à altura.

Ao pegar neste exemplar de "Eleições Moçambique" e se for daqueles que ainda não se recenseou, sinta-se em falta para consigo próprio e para com o processo democrático nacional, pois a sua inscrição é importante. Portanto, não se esqueça: vá ao posto recensear-se! •

A Festa do Recenseamento

